

PROTOCOLO	INDICAÇÃO	N° 11134/25

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

Indica ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO, a necessidade de revitalização no acesso da via Ramal do Jacú, mais especificamente nas coordenadas geográficas - 8°37'14.4"S 63°33'15.7"W, para beneficiar os transeuntes da balsa sobre o Canal Rio Candeias – Madeira, em Porto Velho, estado de Rondônia.

O Parlamentar que subscreve, nos termos do artigo 146, VII c/c 188 do Regimento Interno, bem como artigo 31 da Constituição Estadual e, ainda, o artigo 1°, II, §2° do Decreto Estadual 24.876/2020, indica ao Chefe do Poder Executivo Estadual, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO, a necessidade de revitalização no acesso a via Ramal do Jacú, mais especificamente nas coordenadas geográficas 8°37'14.4"S 63°33'15.7"W, para beneficiar os transeuntes da balsa sobre o canal Rio Candeias – Madeira, em Porto Velho, estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 17 de Janeiro de 2025.

DELEGADO CAMARGO
Deputado Estadual
Republicanos





PROTOCOLO	INDICAÇÃO	N°	/2024

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS JUSTIFICATIVA

Chegou ao conhecimento deste gabinete parlamentar relatos de populares e transeuntes com o intuito de apontar um vultoso problema existente no acesso ao Ramal do Jacu, com coordenadas -8°37'14.4"S 63°33'15.7"W, em Porto Velho, estado de Rondônia. Conforme imagens em anexo, é possível observar que o trecho de acesso a via por quem atravessa o canal por meio de balsa está completamente avariado, com valetas e buracos.

Diante da situação, é necessário que o Estado apresente uma intervenção imediata realizando a revitalização por meio de encascalhamento no acesso do ramal.

A via em apreço desempenha função de imensa importância, pois é a única forma de transitar sobre o canal Rio Candeias - Madeira, logo, justifica-se per si a urgência no atendimento da necessidade

A celeuma apresentada é algo que persiste no tempo e espaço, e portanto, reiteradamente lesiona o direito de ir e vir dos cidadãos, que por sua vez é de responsabilidade do Estado

Dito isso, é válido expor o mandamento constitucional quanto ao direito de ir e vir, no art. 5°:

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

Dessa forma, não pode haver óbice que impeça o exercício desse direito fundamental.

Sendo assim, pretende-se com esta indicação, o atendimento dessa necessidade premente para fazer cessar a dificuldade existente na localidade mencionada.

Portanto, torna-se imperativo a análise dessa demanda e <u>arevitalização pormeiode</u> <u>encascalhamentodoacesso</u>, visando promover a segurança viária e o bem-estar da população que utiliza essa importante via.





PROTOCOLO	INDICAÇÃO	N°	/2024

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

A Constituição do estado de Rondônia nos incisos XVIII e XXXIV do artigo 29, acrescido pela Emenda Constitucional n° 24 de 04 de março de 2012, atribuiu a competência privativa à Assembleia Legislativa, vejamos:

XVIII - **fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo**, inclusive os da administração indireta;

XXXIV - encaminhar ao Governador do Estado pedido, por escrito, de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação, **ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembleia**, importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. (Adin 132 - Inconstitucional a expressão: ...importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. Acórdão: DJ 30.05.2003).

Por sua vez, o artigo 46 da Constituição Estadual ainda dispõe:

Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e **patrimonial** do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

Do mesmo modo, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, no artigo 146 destaca que:

Art. 146. Proposição é toda matéria submetida à deliberação da Assembleia, a saber:

VII - indicação;

O Regimento Interno ainda dispõe que a indicação é a proposição pela qual o Deputado ou comissão, solicita providências, nos termos do art. 188:





PROTOCOLO		INDICAÇÃO	N° /2024
AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
Art. 188. Indicação é a proposição em que são solicitadas medidas de interesse			

Art. 188. Indicação é a proposição em que são solicitadas medidas de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa seja de competência privativa do Poder Executivo ou Judiciário ou de outros órgãos da Administração Direta e Indireta. (RE nº 145/2007.)

- § 1º A indicação deve ser redigida com clareza e precisão, precedidas sempre de ementa enunciativa de seu objetivo, e justificativa, concluindo pelo texto a ser transmitido.
- § 2º Dispensada de leitura em Plenário, a Indicação será encaminhada ao destinatário pelo gabinete parlamentar do Deputado autor da proposição, tendo este o controle de sua numeração e conteúdo. (RE nº480/2021.)
- § 3º O ofício encaminhando a Indicação de que trata o caput deste artigo será elaborado e assinado pelo Deputado autor da proposição. (RE nº 480/2021.)

Assim, é prerrogativa assegurada a **fiscalização, acompanhamento e controle do Parlamentar, as ações do Poder Executivo estadual de interesse público**, ou seja, do governador, do vice-governador e dos secretários estaduais.

Esta função é importante para garantir a boa gestão dos recursos e bens públicos e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, na garantia do bem comum do povo.





PROTOCOLO	INDICAÇÃO	N°	/2024

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS ANEXO 'UNICO









PROTOCOLO	INDICAÇÃO	N°	/2024

AUTOR: DEP. DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS



